



**PREFEITURA MUNICIPAL DA  
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE**

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

**007. PROVA OBJETIVA**

**SUPERVISOR ESCOLAR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO  
(CÓD. 007)**

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **10**.

#### *Vida de clichê*

O jornalista Humberto Werneck lançou seu *O pai dos burros – Dicionário de lugares-comuns e frases feitas*. Dono de um dos grandes textos da imprensa brasileira, ele passou quase 40 anos colecionando os clichês que sujam as páginas de jornais, revistas, livros. Aquelas palavras que, de tanto ouvi-las, são as primeiras a aparecer na nossa cabeça, na ponta dos nossos dedos. Foram ditas muitas vezes antes, não causarão nenhuma reação inesperada. Não provocarão nada, nem de bom, nem de ruim.

Por que então os clichês são tão populares? Porque são seguros, é o que disseram gente brilhante como H.L. Mencken e Hannah Arendt. Ao repetir uma ideia velha, o que foi dito e redito por tantos antes de nós, nada sai do nosso controle. Também nada acontece. Uma nova ideia é sempre um risco, não sabemos aonde ela vai nos levar. E, na falta de ousadia, o que nos sobra é medo.

Li todas as 208 páginas, os 4.640 clichês, para conhecer as palavras das quais deveria fugir. Desde então, adquiri um incômodo que não sai de mim. Ao colecionar lugares-comuns, Werneck espera nos instigar a pensar antes de sair escrevendo – ou falando. Caso o jogo de palavras venha muito fácil, é porque já foi dito tantas vezes que abriu um escaninho no nosso cérebro. Basta apertar uma tecla invisível e sai de lá pronto. Não custa nada, nem mesmo um esforço mínimo. “O tempo é o senhor da razão”, “a esperança é a última que morre”, “nunca antes na história deste país”...

Clichês são letra morta. Palavras que nasceram luminosas e morreram pela repetição, já que a morte de uma palavra é o seu esvaziamento de sentido. Agarrar-se aos lugares-comuns para não ousar arriscar-se ao novo é matar a possibilidade antes de ela existir. Parece-me que os lugares-comuns vão muito além das palavras. A gente pode transformar nossa vida inteira num clichê. Não basta apenas pensar antes de escrever, na tentativa de criar algo nosso. É preciso pensar para viver algo nosso – antes de repetir a vida de outros.

(Eliane Brum. *A menina quebrada e outras colunas de Eliane Brum*. Porto Alegre, Arquipélago Editorial, 2013, Adaptado)

**01.** A leitura do livro de Humberto Werneck acabou sendo provocativa para a autora, na medida em que

- (A) permitiu que ela notasse o quanto tem usado lugares-comuns sem parcimônia em seus textos.
- (B) tornou seu processo de escrita mais fácil, indicando-lhe com precisão as palavras que deve evitar.
- (C) fez com que ela pensasse acerca de um tema que não considerava relevante até aquele momento.
- (D) elucidou o motivo de seus textos não terem impacto sobre seus leitores, dando-lhe a chance de se aprimorar.
- (E) estimulou uma reflexão sobre o modo de se comunicar e também sobre o modo de levar a vida.

**02.** A autora considera que o uso de clichês resulta do

- (A) hermetismo e da afetação.
- (B) automatismo e da eloquência.
- (C) laconismo e da simplicidade.
- (D) comodismo e do conservadorismo.
- (E) coloquialismo e da fabulação.

**03.** Ao refletir acerca da popularidade dos clichês, a autora chama a atenção para

- (A) a importância de se cultivar um bom repertório de leituras.
- (B) a falta de conhecimento linguístico da maioria dos falantes.
- (C) o receio que as pessoas têm de viver algo pela primeira vez.
- (D) o fato de que não resta nada inédito a ser dito nos dias de hoje.
- (E) a supervalorização da originalidade na sociedade atual.

**04.** Uma frase em que todas as palavras estão empregadas com sentido próprio é:

- (A) Foram ditas muitas vezes antes, não causarão nenhuma reação inesperada. (1º parágrafo)
- (B) Uma nova ideia é sempre um risco, não sabemos aonde ela vai nos levar. (2º parágrafo)
- (C) Caso o jogo de palavras venha muito fácil, é porque já foi dito tantas vezes que abriu um escaninho no nosso cérebro. (3º parágrafo)
- (D) Basta apertar uma tecla invisível e sai de lá pronto. (3º parágrafo)
- (E) A gente pode transformar nossa vida inteira num clichê. (4º parágrafo)

**05.** Foram acrescentadas duas vírgulas a frases do texto. Aquela que ficou correta, conforme a norma-padrão da língua portuguesa, é:

- (A) Uma nova ideia, é sempre um risco, não sabemos, aonde ela vai nos levar. (2º parágrafo)
- (B) Ao colecionar lugares-comuns, Werneck espera nos instigar, a pensar antes, de sair escrevendo – ou falando. (3º parágrafo)
- (C) Palavras que nasceram, luminosas e morreram pela repetição, já que a morte de uma palavra é o seu esvaziamento, de sentido. (4º parágrafo)
- (D) Agarrar-se aos lugares-comuns, para não ousar arriscar-se ao novo, é matar a possibilidade antes de ela existir. (4º parágrafo)
- (E) É preciso pensar, para viver algo nosso – antes de repetir, a vida de outros. (4º parágrafo)

06. Há relação de causa e efeito entre os enunciados separados pela vírgula em:

- (A) “O tempo é o senhor da razão”, “a esperança é a última que morre”... (3º parágrafo)
- (B) ... de tanto ouvi-las, são as primeiras a aparecer na nossa cabeça... (1º parágrafo)
- (C) Não custa nada, nem mesmo um esforço mínimo. (3º parágrafo)
- (D) Porque são seguros, é o que disseram gente brilhante como H.L. Mencken e Hannah Arendt. (2º parágrafo)
- (E) Ao repetir uma ideia velha, o que foi dito e redito por tantos antes de nós... (2º parágrafo)

07. O termo “então”, em “Desde então, adquiri um incômodo que não sai de mim” (3º parágrafo), exprime noção de

- (A) tempo.
- (B) conclusão.
- (C) modo.
- (D) causa.
- (E) conformidade.

08. Ao substituir-se pelo termo “Se” o que está destacado em – **Caso** o jogo de palavras venha muito fácil, é porque já foi dito tantas vezes que abriu um escaninho no nosso cérebro. (3º parágrafo) –, o verbo “vir” deve flexionar-se, conforme a norma-padrão da língua, em:

- (A) vêm.
- (B) vir.
- (C) vier.
- (D) for.
- (E) fosse.

09. Respeitando-se a concordância da norma-padrão da língua, o trecho destacado em – Não basta apenas pensar antes de escrever, **na tentativa de criar algo nosso**. (4º parágrafo) – pode ser substituído por

- (A) para que se deem existência a coisas nossas.
- (B) para que se produzam coisas nossas.
- (C) para que seja realizado coisas nossas.
- (D) para que passe a existir coisas nossas.
- (E) para que se realize coisas nossas.

10. Um verbo flexionado no plural por força de expressão, mas que, segundo a norma-padrão da língua, deve manter-se no singular, está em:

- (A) ... os clichês que sujam as páginas de jornais, revistas, livros. (1º parágrafo)
- (B) Por que então os clichês são tão populares? (2º parágrafo)
- (C) ... o que disseram gente brilhante como H.L. Mencken e Hannah Arendt. (2º parágrafo)
- (D) Palavras que nasceram luminosas... (4º parágrafo)
- (E) ... os lugares-comuns vão muito além das palavras. (4º parágrafo)

Leia o texto para responder às questões de números 11 a 20.

### *União, gente*

Nunca se despreze o poder de uma ideia cuja hora chegou. Minha rebelião contra a salsinha ganha adeptos e, a julgar pela correspondência que recebo, esta era uma causa à espera do primeiro grito. Só não conseguimos ainda nos organizar e partir para a mobilização – manifestações de rua, abraços a prédios públicos – porque persiste uma certa indefinição de conceitos. Eu sustento que “salsinha” é nome genérico para tudo que está no prato só para enfeite ou para confundir o paladar, o que incluiria até aqueles galhos de coisa nenhuma espetados no sorvete, o cravo no doce de coco, etc. Outros, com mais rigor, dizem que salsinha é, especificamente, o verdinho picadinho que você não consegue raspar de cima da batata cozida, por exemplo, por mais que tente. Outros, mais abrangentes até do que eu, dizem que salsinha é o nome de tudo que é persistentemente supérfluo em nossas vidas, da retórica ao porta-aviões, passando pelo cheiro-verde. Meu conselho é que evitemos a metáfora e a disputa semântica e, unidos pela mesma implicância, passemos à ação.

Mas, como se esperava, começou a reação dos pró-salsinhas. Alegam que a salsinha não é uma inconsequência culinária, mas tem importância gastronômica reconhecida, tanto que na cozinha francesa faz parte do nome de um prato – isto é, eles não só usam a salsinha como a anunciam! E não podia faltar: um salsófilo renitente, o jornalista Reali Jr., alega que a salsinha é, inclusive, afrodisíaca. Agora só falta dizerem que o verde intrometido tem vitamina V.

(Luis Fernando Verissimo. *A mesa voadora*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2010, Adaptado)

11. Ao se referir à “rebelião contra a salsinha”, o autor tematiza, com bom-humor,

- (A) a diversidade que distingue a culinária brasileira da francesa.
- (B) o caráter incivilizado do brasileiro em termos gastronômicos.
- (C) o fato de o Brasil não se deixar influenciar por outras culturas.
- (D) a ausência de debate entre pessoas que têm o mesmo ideal.
- (E) as dificuldades em se efetivar um movimento social.

12. Ao empregar a expressão “unidos pela mesma implicância” (1º parágrafo), o autor
- destaca a gravidade da causa que abraça.
  - chama a atenção para a falta de coesão de seu grupo.
  - explicita o caráter socialmente pouco relevante de sua causa.
  - elucida as consequências de se agir coletivamente.
  - explica por que suas demandas devem ser prioridade.
13. Ao assinalar que persiste uma certa indefinição de conceitos de “salsinha”, mostrando que há uns mais rigorosos e outros mais abrangentes quanto à sua compreensão, o autor demonstra
- identificá-la com qualquer alimento de paladar desagradável.
  - estar em uma posição a meio caminho entre duas visões extremas.
  - discordar da ideia de que a salsinha seja supérflua no prato.
  - simpatizar com a definição mais rigorosa e específica para o termo.
  - perceber que não há qualquer relação entre os posicionamentos apresentados.
14. Um sinônimo e um antônimo, respectivamente, para o termo **adeptos** em: – Minha rebelião contra a salsinha ganha adeptos... – são:
- estimulantes e insolentes.
  - simpatizantes e merecedores.
  - diligentes e descuidados.
  - aliados e adversários.
  - experientes e seguidores.
15. Uma interpretação correta para o termo destacado em um trecho do 1º parágrafo está entre colchetes em:
- Nunca **se** despreze o poder de uma ideia... [indica reciprocidade]
  - ... uma ideia **cuja** hora chegou. [tem função demonstrativa]
  - Só não conseguimos ainda **nos** organizar... [refere-se ao autor e ao leitor do texto]
  - ... **tudo** que está no prato só para enfeite... [exprime noção de indefinição]
  - ... o verdinho picadinho que **você** não consegue raspar de cima da batata cozida... [remete a um interlocutor especificado previamente]
16. Considere a passagem do 2º parágrafo:
- Alegam que a salsinha não é uma inconsequência culinária, **mas** tem importância gastronômica reconhecida, **tanto que** na cozinha francesa faz parte do nome de um prato – isto é, eles não só usam a salsinha como a anunciam!
- Com relação às afirmações que as antecedem, as expressões destacadas introduzem, respectivamente, ideias de
- oposição e justificativa.
  - concessão e finalidade.
  - condição e proporção.
  - alternância e condição.
  - exclusão e adição.
17. Considerando a regência da norma-padrão da língua, o trecho destacado em – **Alegam que** a salsinha não é uma inconsequência culinária... (2º parágrafo) – está corretamente substituído, com o sentido preservado, por:
- Recorrem em alegação que
  - Recorrem à alegação de que
  - Recorrem por alegação que
  - Recorrem com a alegação que
  - Recorrem sobre a alegação que
18. Observe as seguintes passagens do texto:
- Meu conselho é que evitemos **a metáfora e a disputa semântica**... (1º parágrafo)
  - ... incluiria até **aqueles galhos de coisa nenhuma espetados no sorvete, o cravo no doce de coco, etc.** (1º parágrafo)
  - ... eles não só usam **a salsinha**... (2º parágrafo)
- Considerando-se a colocação pronominal segundo a norma-padrão da língua, ao se substituírem as expressões destacadas por pronomes, tem-se respectivamente:
- Meu conselho é que as evitemos...  
... até os incluiria.  
... eles não só a usam...
  - Meu conselho é que as evitemos...  
... até incluiria-os.  
... eles não só a usam...
  - Meu conselho é que as evitemos...  
... até os incluiria.  
... eles não só usam-na...
  - Meu conselho é que evitemo-as...  
... até os incluiria.  
... eles não só usam-na...
  - Meu conselho é que evitemo-as...  
... até os incluiria.  
... eles não só a usam...

19. Respeitando-se o emprego do sinal indicativo de crase, o trecho destacado em – Só não conseguimos ainda nos organizar e **partir para a** mobilização... (1º parágrafo) – está corretamente substituído por:

- (A) transformar em realidade à
- (B) começar à
- (C) viabilizar à
- (D) tornar efetiva à
- (E) dar início à

20. Considere as seguintes frases produzidas a partir do texto:

- Minha rebelião tem ganhado adeptos.
- Esses adeptos me enviam correspondências.
- Essas correspondências expressam diferentes compreensões de “salsinha”.

Essas frases estão agrupadas em uma única, com o sentido preservado e em conformidade com a norma-padrão da língua, em:

Minha rebelião tem ganhado adeptos,

- (A) aos quais me enviam correspondências a expressar diferentes compreensões de “salsinha”.
- (B) que me enviam correspondências, aonde expressam diferentes compreensões de “salsinha”.
- (C) dos quais me enviam correspondências onde expressam diferentes compreensões de “salsinha”.
- (D) o que me enviam correspondências, as quais expressam diferentes compreensões de “salsinha”.
- (E) os quais me enviam correspondências expressando diferentes compreensões de “salsinha”.

21. Com base na discussão proposta por Ropoli e outros (2010) sobre identidades e diferenças nas escolas, assinale a alternativa correta.

- (A) A diversidade na escola comporta a criação de grupos heterogêneos, formados por alunos que têm uma mesma característica que passará despercebida na interação com o outro.
- (B) A educação inclusiva questiona a artificialidade das identidades normais e entende as diferenças como resultantes da multiplicidade e não da diversidade.
- (C) A escola inclusiva requer a identificação e classificação das características das deficiências para que possa organizar a atuação pedagógica especializada.
- (D) A igualdade na escola inclusiva se dá na diversidade e diferença que comporta padrões de identificação e construção de identidade dos alunos especiais.
- (E) A diferença é estática, um estado e estéril, contraditoriamente se torna flexível na medida em que há a intervenção de especialistas nos casos de deficiência.

22. Leia o trecho:

*(...) assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.*

O documento oficial que tem essa finalidade é

- (A) Convenção da Guatemala – 1999.
- (B) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996.
- (C) Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (2001).
- (D) Base Nacional Comum Curricular – 2017.
- (E) Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – 2015.

23. A respeito da educação colaborativa e a atuação do professor, com base em Sala e Aciem (2013), assinale a alternativa correta.

- (A) O papel do professor descola-se do transmissor de informação para o mediador da aprendizagem.
- (B) Os grupos de alunos são organizados pelo professor de forma homogênea.
- (C) As interações colaborativas acontecem quando os alunos apresentam autocontrole do comportamento.
- (D) O delineamento do objetivo da tarefa se constitui ao longo de sua execução, nunca pode ser antecipado.
- (E) Por meio de intervenções autoritárias e diretivas, o professor conduz o ensino.

24. A partir das contribuições de Machado (2009), assinale a alternativa correta sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- (A) O pleno acesso à educação de alunos com deficiência se dá com a matrícula na classe comum, cabendo ao AEE um papel secundário no processo de escolarização.
  - (B) O trabalho desenvolvido no AEE revela-se como um reforço dos conteúdos aprendidos na sala comum e busca-se o pleno desenvolvimento do aluno com deficiência.
  - (C) Na sala de aula comum, os alunos utilizam instrumentos necessários para a eliminação de barreiras pedagógicas de acesso ao conhecimento, enquanto no AEE são eliminadas as barreiras físicas.
  - (D) O AEE deve oferecer subsídios para que os alunos com deficiência possam aprender conteúdos específicos nas salas do ensino comum.
  - (E) As estratégias de efetivação da educação inclusiva, por meio de escolas ou classes especiais, favorecem a interação entre si dos alunos com deficiência no AEE.
25. Assis (2009), em sua análise sobre o olhar pedagógico da classe hospitalar, tem como pressuposto a concepção de desenvolvimento proposta por Vygotsky e a Psicologia Histórico-Cultural. Cita Rego (2004):
- Compreender a questão da mediação, que caracteriza a relação do homem com o mundo e com os outros homens é de fundamental importância justamente porque é através deste processo que as funções psicológicas superiores, especificamente humanas, se desenvolvem.*
- Os dois elementos básicos responsáveis pela mediação são:
- (A) ação e psiquismo.
  - (B) assimilação e acomodação.
  - (C) instrumento e signo.
  - (D) escrita e significação.
  - (E) professor e aluno.
26. Leia o trecho da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):
- (...) se estabelece como princípio que as escolas do ensino regular devem educar todos os alunos, enfrentando a situação de exclusão escolar das crianças com deficiência, das que vivem nas ruas ou que trabalham, das superdotadas, em desvantagem social e das que apresentam diferenças linguísticas, étnicas ou culturais.*
- O documento que traz a mudança de paradigma para a Educação Especial é:
- (A) Declaração de Jomtien (1990).
  - (B) Estatuto da pessoa com deficiência – 2015.
  - (C) Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001.
  - (D) Declaração de Salamanca (1994).
  - (E) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96.
27. Com base na Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, modalidade Educação Especial, assinale a alternativa correta sobre a atribuição do professor do AEE.
- (A) Identificar e diagnosticar os alunos com necessidades educativas especiais a fim de elaborar, produzir e organizar serviços, bem como os recursos pedagógicos.
  - (B) Acompanhar a funcionalidade, a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e a acessibilidade na sala de recursos dos alunos com suspeita de algum tipo de deficiência.
  - (C) Ensinar e usar a tecnologia assistiva como forma de ampliação das habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação nas atividades pedagógicas da sala comum.
  - (D) Organizar os atendimentos psicopedagógicos e psicológicos aos alunos com deficiência na sala de recursos multifuncionais.
  - (E) Estabelecer articulação com o coordenador pedagógico visando à disponibilização das avaliações pedagógicas a serem aplicadas pelos professores da sala de aula comum.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

28. Segundo França, In: Aquino (1998), *a diferença é o modo de um corpo que, por comparação, explicita uma não conformidade. O próprio conceito de diferença está articulado na norma como desvio*, sendo que a sua efetividade é denominada
- (A) segregação.
  - (B) diversidade.
  - (C) alteridade.
  - (D) desigualdade.
  - (E) preconceito.
29. A respeito da classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar, é correto afirmar, em relação
- (A) ao processo de integração com a escola: momentos de contato com a escola devem ser evitados para garantia da saúde de todos; somente com autorização médica professores ou colegas podem fazer visitas na casa ou no hospital.
  - (B) aos aspectos pedagógicos: o processo de desenvolvimento e construção do conhecimento correspondente à educação básica, exercido numa ação integrada com os serviços de saúde, sendo que a oferta curricular ou didático-pedagógica deverá ser flexibilizada.
  - (C) ao processo de integração com o sistema de saúde: condições clínicas que exigem educação em classe hospitalar ou em atendimento pedagógico domiciliar envolvem somente casos relacionados às doenças infectocontagiosas.
  - (D) à coordenação das classes hospitalares e do atendimento pedagógico domiciliar: a definição e implementação de procedimentos de coordenação, avaliação e controle educacional devem ocorrer na perspectiva do aprimoramento da qualidade do processo pedagógico, o que compete à rede de saúde municipal.
  - (E) ao professor coordenador: deve articular-se com a equipe de saúde do hospital e com a escola do bairro do hospital, assim como orientar os professores da classe hospitalar ou do atendimento domiciliar em suas atividades, bem como definir os prazos de internação do aluno e acompanhamento do professor.
30. Mazzotta, a partir das contribuições de Mello (1991), ao analisar a função da educação escolar, afirma que (...) *funções de outra natureza podem ser assumidas pela instituição escolar, pela imposição de contingências históricas e sociais, mas elas devem estar subordinadas à sua tarefa fundamental*, que tem como eixo da organização da escola
- (A) o processo de ensino-aprendizagem.
  - (B) o material didático e a sala de aula.
  - (C) a relação professor-aluno.
  - (D) o projeto político pedagógico e a gestão democrática.
  - (E) o conteúdo e a didática.
31. Laura, caloura no curso de Pedagogia, participou de um simpósio sobre Paulo Freire e ficou impressionada com as ideias desse célebre educador brasileiro. Chamou sua atenção o fato de ele entender que cabe à escola ensinar o aluno a “ler o mundo” para poder transformá-lo. “Trata-se de aprender a ler a realidade (conhecê-la) para em seguida poder reescrever essa realidade (transformá-la)”. Motivada por essas ideias, ela resolveu ler *Pedagogia da Autonomia* (Freire, 2011) e nessa obra tomou conhecimento de que, para o autor, ensinar exige muitas coisas, dentre elas, exige compreender que a educação é uma forma de
- (A) garantir inserção no mercado de trabalho.
  - (B) elevar socialmente o indivíduo.
  - (C) semear sabedoria.
  - (D) intervir no mundo.
  - (E) salvar o mundo.
32. Sofia Lerche Vieira, in Ferreira e Aguiar (2004), traz reflexões para “aprofundar os nexos entre a função social da escola, a gestão e a política educacional”, contribuindo para o debate sobre essa temática. A autora, apoiada em Libâneo e Cortella,
- (A) entende que, nas democracias modernas, a função social da escola é determinada pelo governo eleito pelo povo.
  - (B) conclui que sem escola não há cidadania, pois somente ela coloca todos convivendo, harmonicamente, sob as mesmas regras.
  - (C) relaciona o surgimento da escola com a necessidade que se tem de transmitir, de forma sistematizada, o saber acumulado pela humanidade.
  - (D) defende que a escola, nas sociedades capitalistas de classe, tem uma função estritamente reprodutora das relações de exploração e de dominação.
  - (E) explicita que a escola cumpre funções diferenciadas, conforme as concepções que cada professor tenha de homem, de mundo, de aprendizagem e de conhecimento.



33. Na obra *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer*, Mantoan (2006) diferencia “inclusão escolar” de “integração escolar”. Para ela, “A integração escolar pode ser entendida como o ‘especial na educação’, ou seja, a justaposição do ensino especial ao regular (...). Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática.” Nessa mesma obra, Mantoan acrescenta que, na perspectiva da inclusão,
- (A) cabe aos pais dos alunos deficientes pagarem profissionais de apoio para acompanharem seus filhos durante as aulas quando o poder público não o fizer.
- (B) cabe à escola adaptar-se, na medida do possível, às necessidades de seus alunos, porém o mais importante é que os alunos se adaptem às condições da escola.
- (C) todos os alunos deficientes têm direito de fazer prova adaptada à sua deficiência, com conteúdos e programas diferentes dos alunos não deficientes.
- (D) todos os alunos com deficiência deverão frequentar classes especiais na escola comum, compartilhando o recreio com os não deficientes.
- (E) todos os alunos, sem exceção, deverão frequentar as salas de aula do ensino regular.
34. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica são fixadas pela Resolução CNE/CEB 02/2001 e pelo Parecer CNE/CEB 17/2001. Conforme disposto no art. 5º dessa Resolução: “Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: I – dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando \_\_\_\_\_; III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.
- Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do texto.
- (A) a aquisição de equipamentos indispensáveis
- (B) a frequência a classes e escolas específicas
- (C) o acompanhamento constante de um familiar
- (D) a utilização de linguagens e códigos aplicáveis
- (E) a inclusão em turmas de até cinco alunos em igual condição
35. Libâneo; Oliveira e Toschi (2010) analisam as políticas educacionais, as reformas de ensino e os planos e diretrizes que configuram a construção da escola pública. De acordo com os autores, “a história da estrutura e da organização do sistema de ensino no Brasil pode ser feita com base em pares conceituais, díades, que expressam as tensões econômicas, políticas, sociais e educacionais de cada período.” No período atual, em cumprimento ao art. 214 da Constituição Federal, deve-se estabelecer, por meio de lei, plano de educação articulando a União, os estados e os municípios, para a garantia de direitos, orientados pelas diretrizes fixadas por esse mesmo artigo. No Município de São Roque, a Lei Ordinária nº 4.442/2015, de 13 de julho de 2015, aprova o Plano Municipal de Educação – PME, para o decênio de 2015 a 2025, e, no Art. 2º, estabelece suas dez diretrizes, das quais as quatro primeiras são: “I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV – melhoria da qualidade da educação”. Analisando-se essas diretrizes, pode-se constatar que elas revelam, dentre as díades enunciadas por Libâneo, Oliveira e Toschi, principalmente aquela que expressa, nas atuais políticas educacionais, tensão entre
- (A) centralização/descentralização.
- (B) qualidade/quantidade.
- (C) financiamento/gestão.
- (D) regular/especial.
- (E) público/privado.
36. Silva Jr., em Silva Jr. e Rangel (org., 2007), analisa a organização do trabalho na escola pública e as relações entre o pedagógico e o administrativo na ação supervisora. Visita o surgimento da supervisão escolar e seu percurso histórico analisando incompreensões e desencontros entre professores e especialistas, com envolvimento de concepções discutíveis de democracia. Esse autor defende que “pensar e fazer, cumulativa e interligadamente, é a marca necessária da prática coletiva a se estabelecer entre educadores.” Para que essa prática “se estruture e se solidifique” ele aponta a necessidade da “contribuição do supervisor” com vistas a
- (A) implantar práticas coletivas, valendo-se de sua posição na hierarquia da organização burocrática escolar.
- (B) substituir práticas individuais pelas coletivas, padronizando a comunicação de orientações pedagógicas.
- (C) oferecer ao coletivo de professores, modelos didáticos de comprovada eficiência.
- (D) organizar o pensar coletivo na equipe de gestão e o fazer coletivo no corpo docente.
- (E) elaborar o sentido de trabalho coletivo por meio da reflexão sobre a prática.

37. Dirce Nei T. de Freitas (2007), com sua tese de doutorado, elucida como se deu, no Brasil, a instituição da “medida-avaliação-informação”, analisando seus fundamentos legais, as ligações com o planejamento educacional e o processo de construção desse complexo de regulação. Entre os inúmeros aspectos abordados, figura o da relação entre avaliações externas e melhoria da educação. A esse respeito, a autora cita texto de Isa Locatelli, em publicação do INEP do ano de 2000, para propor a seguinte reflexão: “caso a intenção fosse mesmo usar a avaliação para melhorar a educação, então se teria de trabalhar com ela dentro das escolas”. Argumenta que somente uma boa e séria avaliação interna permitirá às escolas a construção de um diálogo efetivo com a avaliação externa, na medida em que avaliação intra-escolar propicia uma tomada de consciência da importância da avaliação para que
- (A) possam ser organizadas classes homogêneas, favorecendo, assim, as aprendizagens dos alunos.
  - (B) sejam promovidos somente os alunos que dominam os conteúdos ensinados, de modo a não cometer injustiças.
  - (C) se estructurem processos de mudança, avaliando não só conteúdos aprendidos como também competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos.
  - (D) se introduzam estratégias de motivação aos professores, premiando aqueles que conseguirem que seus alunos alcancem as melhores notas.
  - (E) os alunos percebam, ano a ano, a qual ou quais áreas do mercado de trabalho dirigir-se, de acordo com sua capacidade de aprender.
38. Em artigo da obra “Escola, Currículo e Avaliação”, Ana Lúcia Souza de Freitas, in Esteban (2005), analisa a introdução das concepções da “Escola Cidadã”, no Município de Porto Alegre, por volta dos anos 90. De acordo com a autora, “O pressuposto de que todo (a) aluno (a) não só tem o direito, mas também é capaz de aprender e traz consigo saberes para a situação de aprendizagem, orientou o processo de reestruturação curricular da rede municipal de Porto Alegre, no intuito de superar a lógica excludente da seriação e estabelecer uma nova organização dos espaços e tempos escolares capaz de flexibilizar-se em função do compromisso coletivo com a aprendizagem efetiva de todos os alunos.” Para isso, a Escola Cidadã propôs, entre outras intervenções, uma organização curricular voltada para o sucesso escolar que se estrutura a partir de quatro aspectos essenciais, a saber, a eliminação dos mecanismos que institucionalizam a exclusão; a criação de mecanismos institucionais de inclusão; a gestão democrática e a
- (A) formação permanente dos educadores.
  - (B) bonificação financeira anual a docentes que promoverem 100% de seu alunado.
  - (C) promoção na carreira do magistério apenas dos professores que aprovam todos os alunos.
  - (D) admissão exclusiva de professores concursados que se comprometem a não reprovar seus alunos, do 1º ao 7º ano do ensino fundamental.
  - (E) pena de afastamento do cargo exercido, por um ano, para o docente que reprovar mais de 10% de seus alunos, no ano letivo em curso.
39. Ao abordar o tema das relações entre diversidade e currículo, convém examinar o Art. 29 da Resolução Federal CNE/CEB nº 4/2010. Ele estabelece que “A Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político pedagógico da unidade escolar.” Por outro lado, Moreira e outros (2007) explicitam a concepção de diversidade, no texto “Indagações sobre Currículo”. Declaram que “a diversidade é entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças”. Ela ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. “Nessa perspectiva, no caso das pessoas com deficiência, interessa reconhecê-las como sujeitos de direitos” e entender como se construiu e se constrói historicamente o olhar social e pedagógico sobre sua diferença. Os autores declaram, então, “não será suficiente incluir a criança com deficiência na escola regular comum”, porque, também, é preciso realizar
- (A) uma parceria com os pais dos educandos.
  - (B) um processo de reeducação do olhar e das práticas.
  - (C) a punição exemplar dos funcionários preconceituosos.
  - (D) um registro detalhado das práticas, apenas desses alunos.
  - (E) uma avaliação desses sujeitos para classificá-los segundo suas deficiências.
40. De acordo com Veiga, in Veiga e Resende (org., 2008), o projeto político-pedagógico exige “profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a definição clara de caminhos, formas operacionais e ações a serem realizadas por todos os envolvidos com o processo educativo.” Esse projeto reflete a realidade da escola que é parte de um contexto mais amplo, o qual tanto a influencia, como, ao mesmo tempo, pode ser por ela influenciado. E mais, tal projeto “aponta um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente.” Ao constituir-se, com esse projeto, em processo participativo de decisões, há uma preocupação em instaurar-se uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições e que, no interior da escola, permita
- (A) o estabelecimento de relações horizontais.
  - (B) o alcance das metas nas avaliações externas.
  - (C) o estrito cumprimento dos deveres de cada um.
  - (D) o ensino integral de todos os conteúdos curriculares.
  - (E) o respeito à hierarquia burocrática do sistema de ensino.

41. Wolf e Carvalho (s/d) analisam dados de uma pesquisa sobre o Regimento Escolar (RE), realizada por Wolf em 2008, os quais revelam que o RE é lembrado em situações de indisciplina, sendo sua parte mais divulgada a de Direitos e Deveres. Os dados revelam, também, que uma parte dos entrevistados o concebe como um documento imposto que contém o rol de regras da escola, de cuja elaboração não participam todos os segmentos da comunidade escolar. As autoras analisam que o RE se configura, na origem, como um resquício da formalidade burocrática, mas que já se busca dela distanciar-se, envolvendo formas mais participativas e democráticas na sua elaboração e execução. Com essa perspectiva, as autoras afirmam: o “desafio, portanto, é exercitar em torno de uma ética partilhada, o debate contraditório e os diferentes posicionamentos”, para que o Regimento escolar, elaborado coletivamente, “deixe de ser um rol de normas impostas e se torne um código de normas consensuais” que permeiem as questões disciplinares administrativas e, especialmente, as pedagógicas. Tal reflexão é corroborada pelo Art. 45 da Resolução CNE/CEB nº 4/ 2010, o qual dispõe que “O regimento escolar, discutido e aprovado pela comunidade escolar e conhecido por todos, constitui-se em
- (A) um roteiro para o funcionamento ordeiro e eficiente de todos os setores da escola.”
- (B) um dos instrumentos de execução do projeto político-pedagógico, com transparência e responsabilidade.”
- (C) álibi para o diretor da escola poder exigir cumprimento das normas, uma vez que elas foram dadas a conhecer.”
- (D) uma garantia para a disciplina e o trabalho escolar eficiente que leva o alunado aos resultados de sucesso.”
- (E) um documento de elaboração conturbada, exigindo pulso forte do diretor, que deve coordená-la como uma de suas atribuições.”
42. Segundo o artigo 15 da Lei Federal nº 9.394/96, “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”. Em harmonia com esse dispositivo legal, Gadotti e Romão (2001) expressam seu entendimento a respeito da autonomia da escola, afirmando que esta “(...) se refere à criação de novas relações sociais, que se opõem às relações autoritárias existentes. Autonomia é o oposto de uniformização. A autonomia admite diferença e, por isso, supõe a parceria. Só a igualdade na diferença e a parceria são capazes de
- (A) proporcionar estabilidade profissional aos docentes.”
- (B) conservar os valores da sociedade.”
- (C) dar segurança aos alunos.”
- (D) manter os pais satisfeitos.”
- (E) criar o novo.”
43. Castorina e colegas (2005) comentam a atualidade da discussão a respeito das ideias de Piaget e de Vygotsky, devido, principalmente, às aparentes divergências entre suas teorias. Segundo Castorina, “para muitos teóricos e profissionais da educação tornam-se evidentes o conflito irreductível e a necessidade de optar entre as mesmas”; entretanto, diz ele, essa percepção é equivocada. Frente à observação de Castorina, é importante que estudemos com muita atenção as obras originais desses autores. A questão da formação do pensamento e da linguagem é um dos temas a ser observado. Piaget centrou o estudo mais sobre o que as crianças têm do que sobre o que lhes falta. Por esta abordagem positiva demonstrou que a diferença entre o pensamento das crianças e dos adultos é mais qualitativa do que quantitativa. Por sua vez, Vygotsky (1991) enfatizou as origens sociais da linguagem e do pensamento, seguindo a linha de importantes sociólogos franceses. Mas, até onde se sabe, ele foi, dentre os psicólogos modernos, o pioneiro a sugerir os mecanismos pelos quais
- (A) a cultura se torna parte da natureza de cada pessoa.
- (B) o sistema de sons do idioma materno é internalizado.
- (C) a gramática do grupo social do sujeito é adquirida.
- (D) a hereditariedade influencia a aprendizagem da língua.
- (E) as regras para formar palavras passam a fazer parte do sujeito.
44. Quando se trata da construção do conhecimento, impossível não se recorrer a Piaget. Na obra “A equilibração das estruturas cognitivas” (1976), ele afirma que “(...) o conhecimento não procede nem da experiência única dos objetos nem de uma programação inata pré-formada no sujeito, mas de uma interação entre ambos, que resulta em construções sucessivas com elaborações constantes de estruturas novas graças a um processo de
- (A) equilibração majorante, que corrige e completa as formas precedentes de equilíbrio.”
- (B) ajuste minorante, que reduz e aprimora a construção das formas de equilíbrio.”
- (C) troca empírica, que garante uma interação eficiente do sujeito com o meio ambiente.”
- (D) ajuste equalizante, que transforma os elementos diferenciados em elementos generalizados.”
- (E) correção intelectual ou racional, que elimina formas anteriores de equilíbrio equivocado.”

45. Para o educador escolar consciente de seu papel no processo de construção de conhecimento pelo aluno, é importante levar em conta alguns trabalhos sobre esse processo, tais como o de Vasconcellos (2002) e o de Becker (2012), os quais reconhecem o caráter dialogal da relação pedagógica. O primeiro, com sua metodologia dialética, explicita que, em sala de aula, “O conhecimento tem sentido quando possibilita o compreender, o usufruir ou o transformar a realidade.” O segundo, fundamentando-se em Piaget, afirma que o professor é muito importante para que o aluno aprenda, “mas sua ação não se esgota nele mesmo; ela se prolonga nas ações dos alunos”, pois “o aluno só aprenderá alguma coisa, isto é, construirá algum conhecimento novo, se ele agir e problematizar a própria ação, apropriar-se dela e de seus mecanismos íntimos”. Becker explica que “a condição prévia para isso é que consiga assimilar o problema proposto”, pois sem a assimilação não haverá
- (A) memorização.  
(B) acomodação.  
(C) motivação.  
(D) percepção.  
(E) criação.
46. Necessitando auxiliar os professores alfabetizadores com os quais trabalha, Suzana, Supervisora Escolar de Atendimento Educacional Especializado, buscou apoio na obra de Weisz (2009). Nela, a autora explica que ensino e aprendizagem são processos distintos que precisam dialogar, precisam ser articulados para que a ação do professor impulse o aprendizado do aluno. Explica, também, que o papel do professor “agora tende a ser mais exigente: precisa se tornar capaz de criar ou adaptar boas situações de aprendizagem, adequadas a seus alunos reais (...)”, acrescentando que, quanto aos percursos de aprendizagem desses alunos, os professores precisam saber
- (A) impô-los.  
(B) aceitá-los.  
(C) estabelecê-los.  
(D) reconhecê-los.  
(E) prognosticá-los.
47. Sofia, estudando para o concurso de Supervisor Escolar de Atendimento Educacional Especializado do Município de São Roque, leu a obra “A prática educativa: como ensinar” (Zabala, 2002). Nela, tomou conhecimento de que “A tendência habitual de situar os diferentes conteúdos de aprendizagem sob a perspectiva disciplinar tem feito com que a aproximação à aprendizagem se realize segundo eles pertençam à disciplina ou à área: matemática, língua, música, geografia, etc., criando, ao mesmo tempo, certas didáticas específicas de cada matéria. Se mudarmos de ponto de vista e, em vez de nos fixarmos na classificação tradicional dos conteúdos por matéria, os considerarmos segundo a tipologia conceitual, procedimental e atitudinal, poderemos ver que existe \_\_\_\_\_, pelo fato de serem conceitos, fatos, métodos, procedimentos, atitudes, etc., e não pelo fato de estarem adstritos a uma ou outra disciplina.”
- Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do texto.
- (A) uma menor distância entre o que está programado pelo professor e o que a família espera da escola  
(B) uma maior semelhança na forma de aprendê-los e, portanto, de ensiná-los  
(C) uma menor dificuldade para se avaliar a aprendizagem dos alunos  
(D) um melhor desempenho dos alunos nas avaliações externas  
(E) um ganho no tempo de cumprimento do programa curricular
48. Em “Ensino: as abordagens do processo” (1986), Mizukami discorre sobre cinco diferentes tendências educacionais, sendo que uma delas assume a educação com o significado mais amplo, “trata-se da educação do homem e não apenas da pessoa em situação escolar, numa instituição de ensino. Trata-se da educação centrada na pessoa, já que essa abordagem é caracterizada pelo primado do sujeito. No ensino, será o ‘ensino centrado no aluno’”. Na citada obra de Mizukami, essa abordagem é classificada como
- (A) tradicional.  
(B) humanista.  
(C) cognitivista.  
(D) sociocultural.  
(E) comportamentalista.

49. Vasconcellos (2002), ao abordar o plano de ensino-aprendizagem e o projeto educativo, menciona quatro níveis de planejamento na educação escolar: o do sistema de ensino; o da escola; o curricular; o do ensino-aprendizagem. Este último nível é o mais próximo da prática do professor e da sala de aula e diz respeito mais estritamente ao aspecto didático. Questões referentes a esse nível de planejamento também são abordadas por Maulini e Wadfluh no capítulo 5 da coletânea organizada por Thurler e Maulini (2012). Estes analisam que “em um sistema burocrático, a cadeia de prescrições fixa o saber a ensinar, os métodos e os manuais a utilizar, incumbe o professor de aplicá-las e a classe de acompanhar, como puder, o ritmo imposto.” Em um sistema *ad hoc* ou *ad hoc*, “as finalidades precedem as modalidades: os profissionais devem não só ‘cumprir o programa’, mas, sobretudo, ajustar suas intervenções para que cada aluno progrida em direção aos principais objetivos.” Os autores advertem que esses são dois polos teóricos e levantam a hipótese de que o melhor seria “regular a balança” o mais próximo possível do terreno e a meio termo entre um e outro polo. Nesse sentido, defendem que o poder deve combinar, na organização, três recursos:
- (A) aferição do mérito individual, incentivo à inovação, rodízio na regência das classes.
  - (B) divulgação de sucessos didáticos, formação continuada, premiação de resultados.
  - (C) cobrança de avanços, colaboração das famílias, currículo aberto.
  - (D) trabalho coletivo, responsabilização individual, carreira atraente.
  - (E) trabalho cooperativo, formação pessoal e instrumentalização.
50. Paula é candidata ao cargo de Supervisor Escolar de Atendimento Educacional Especializado no município de São Roque e buscou compreender melhor o processo de “avaliação e acompanhamento do rendimento escolar”, recorrendo à Resolução CNE/CEB nº 7/2010 e à obra de Hoffmann (2001). No Art. 32 da citada Resolução, ela verificou que a avaliação dos alunos a ser realizada pelos professores e pela escola deve ser parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, e que, nos termos do Inciso I desse mesmo artigo, ela deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica. Na obra de Hoffmann, Paula constatou grande coerência com o que dispõe essa Resolução, pois, para a autora, a avaliação mediadora exige, “para além das atividades diversificadas”, “a organização de experiências educativas diferenciadas,” articuladas às “necessidades e possibilidades individuais” dos alunos,
- (A) substituindo, por temas da preferência deles, sempre que oportuno, os conteúdos curriculares oficiais.
  - (B) registrando minuciosamente os erros e os avanços de cada aluno para mostrar aos pais.
  - (C) reservando as atividades em grupo somente para os alunos que não precisam de ajuda.
  - (D) priorizando sempre o atendimento individual e evitando que eles confrontem suas ideias.
  - (E) garantindo a dinamização do grupo e o desenvolvimento do trabalho coletivo.
51. Geraldo está se preparando para a seleção de Supervisor Escolar de AEE em São Roque e, ao estudar o tema da avaliação e acompanhamento do rendimento escolar, verificou que, de acordo com a Lei Federal nº 9.394/96, na verificação do rendimento escolar deve-se dar prevalência aos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. Com a leitura da obra de Perrenoud (1999), Geraldo conscientizou-se de que o importante, na democratização do ensino, não é “fazer como se cada um houvesse aprendido, mas permitir a cada um aprender”. O autor analisa que “a contradição entre o espírito formativo e o espírito classificatório não pode ser suprimida por mágica, mas será tanto mais suportável quanto mais se desenvolver uma pedagogia diferenciada eficiente. O mecanismo prioritário não é suprimir toda avaliação somativa ou certificativa, mas o de criar condições de aprendizagem mais favoráveis para todos e inicialmente para
- (A) os mais necessitados”.
  - (B) os mais comportados”.
  - (C) os mais interessados”.
  - (D) os mais bem dotados”.
  - (E) os menos faltosos”.
52. A Resolução CNE/CEB 7/2010 e o Parecer CNE/CEB 11/2010 fixam Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. De acordo com tais Diretrizes, os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar a alfabetização e o letramento. Em relação a essa temática, no Brasil, o trabalho de Ferreiro e Teberosky (1999) provocou significativas mudanças no entendimento do processo de ensino-aprendizagem da leitura e escrita, uma vez que deslocou o foco de “como se ensina” para “como se aprende”. No referido trabalho, apoiadas no construtivismo de Piaget, as autoras relatam uma pesquisa sobre o desenvolvimento da leitura-escrita. Ao concluí-lo, citam outro grande pesquisador do desenvolvimento humano: Vygotsky. Nas palavras das autoras: “Ao finalizar nosso trabalho, descobrimos que estávamos fazendo, sem o saber, o que Vygotsky tinha assinalado há décadas: ‘Uma tarefa prioritária da investigação científica é desvendar a pré-história da linguagem escrita na criança, mostrando o que é que conduz à escrita, quais são os pontos importantes pelos quais passa este desenvolvimento e qual é a relação entre esse processo e
- (A) a hereditariedade’.”
  - (B) a aprendizagem escolar’.”
  - (C) a classe social da criança’.”
  - (D) os conhecimentos prévios’.”
  - (E) o poder aquisitivo da família’.”

- 53.** A supervisão escolar do Atendimento Educacional Especializado está incumbida de articular a participação de diferentes profissionais para efetivá-lo adequadamente. Como mostram a experiência dos educadores e as pesquisas nessa área, tal incumbência não é simples, nem fácil de realizar. Myrtes Alonso, in Vieira; Almeida e Alonso (2003) aborda o trabalho coletivo, apoiando-se em estudos de outros pesquisadores e buscando conceituá-lo de modo a favorecer sua implementação pelos gestores escolares. De acordo com essa autora, “só existe espaço para o trabalho coletivo quando o ambiente é democrático e as pessoas não se sentem pressionadas ao expor as suas ideias.” Alonso considera que
- (A) os gestores escolares devem estabelecer o papel de cada membro do coletivo e acompanhar e cobrar os resultados concretos para não haver desperdício de tempo com conversas inúteis.
  - (B) para existir trabalho coletivo é preciso uma proposta de ação coordenada, com atribuições previamente estabelecidas e liderança que garanta a participação a todos.
  - (C) a oferta de orientações precisas pelos gestores é fundamental para que o trabalho coletivo traga soluções concretas para os problemas que o suscitaram.
  - (D) nas escolas públicas de Educação Básica, o trabalho coletivo restringe-se ao planejamento didático, nos horários legalmente instituídos para desenvolvê-lo.
  - (E) num clima organizacional democrático, uma simples reunião de pessoas com problemas semelhantes já constitui, espontaneamente, trabalho coletivo.
- 54.** Moran, Masetto e Behrens (2000) entendem que existe a possibilidade da utilização das novas tecnologias numa perspectiva de mediação pedagógica, voltada para a colaboração com o processo de aprendizagem. Os autores, na mesma obra, explicitam que a mediação pedagógica se dá por meio do planejamento do processo de aprendizagem que deve ser pensado na sua totalidade e, também, em cada uma de suas unidades. Desse modo, para que as novas tecnologias possam colaborar com o processo de aprendizagem, elas devem
- (A) seduzir os alunos, superando, assim, suas dificuldades.
  - (B) ser utilizadas com base em princípios comportamentalistas.
  - (C) integrar-se às atividades em busca dos objetivos pretendidos.
  - (D) articular-se ao ensino de temas de caráter inovador.
  - (E) ser aplicadas, unidade por unidade de conteúdo.
- 55.** Segundo Lück (2010), o clima e a cultura organizacional da escola são de grande importância na determinação da qualidade dos processos educacionais. De acordo com a autora, o clima e a cultura organizacional manifestam-se
- (A) nas reuniões de planejamento, apenas.
  - (B) sobretudo nas festividades escolares.
  - (C) no cotidiano escolar.
  - (D) só em momentos de conflito entre docentes e gestores.
  - (E) principalmente quando os pais estão presentes na escola.
- 56.** Para Lück (2010), os termos gestão e liderança não são sinônimos, mas complementares, sendo que o exercício da gestão pressupõe liderança, pois não se pode fazer gestão sem liderança. Para a autora, a liderança tem sido identificada nas pesquisas como um fator crucial para o desenvolvimento da qualidade da escola e melhoria da aprendizagem dos alunos. A liderança é objeto de estudo na obra “Mestres da Mudança: liderar as escolas com a cabeça e o coração: um guia para gestores escolares” (Madza Ednir e outros, 2006). Segundo os autores, liderar não é um emprego e nem um cargo e exige trabalhar sem cessar, desenvolvendo conhecimentos, habilidades e qualidades pessoais para que você se torne competente nisso. Com tais argumentos, esses autores ressaltam que liderar é
- (A) um artesanato que se aprende fazendo.
  - (B) um dom inato de algumas pessoas.
  - (C) uma aptidão adquirida no curso de graduação.
  - (D) uma técnica que será desenvolvida com muita leitura.
  - (E) uma estratégia de trabalho adquirida em cursos de capacitação.
- 57.** Tendo em vista as atribuições do Supervisor Escolar de Atendimento Educacional Especializado, do Município de São Roque, este profissional precisará saber lidar com os conflitos na equipe e deverá atuar como mediador. Segundo Burbridge (2012), há algumas condições necessárias para que o gestor assuma o papel de mediador, isto é: neutralidade do gestor, tempo e local adequado para permanecer no encontro com os participantes, bem como preparação para mediar. Para esses autores, o mediador precisa apresentar, também, na gestão de conflitos,
- (A) qualidades de confiabilidade e organização.
  - (B) atributos de empatia e raciocínio lógico.
  - (C) competências de diálogo e negociação.
  - (D) atitudes de determinação e autonomia.
  - (E) capacidade de foco e sensibilidade.

- 58.** A gestão democrática do ensino público está estabelecida na Lei Federal nº 9.394/96 (inciso VIII do art. 3º da LDBEN), no inciso VIII do art. 4º da Resolução CNE/CEB nº 04/2010 e, também, no Plano Municipal de Educação de São Roque. Essa questão da gestão democrática da escola pública é abordada por Paro (2012), estimulando reflexões sobre a participação de pais, alunos, professores, diretores, comunidade e dos Conselhos Escolares, visando a uma mudança qualitativa do ensino público. Para o referido autor, a participação na tomada de decisões é
- (A) o atendimento aos interesses dos detentores do poder econômico.
  - (B) a única forma de servir aos interesses de grupos minoritários.
  - (C) a manifestação do poder político da sociedade.
  - (D) o exercício da autoridade.
  - (E) a partilha do poder.
- 59.** Arroyo (2001), na sua obra “Ofício de mestre: imagens e auto-imagens”, aborda o trabalho dos professores nos tempos atuais, as várias dificuldades e os desafios encontrados por eles no dia a dia. Ele destaca a realização de diversos encontros, seminários e congressos com a participação de docentes, sendo estes, em sua maioria, organizados por professores (as) que administram propostas educativas inovadoras nas redes municipais e estaduais. De acordo com o autor, “são as equipes de professores e professoras das redes de ensino que planejam encontros, escolhem temáticas das conferências, as áreas de trabalho das oficinas, organizam espaços de trocas de experiências...” Arroyo considera tais atividades como
- (A) especialização profissionalizante.
  - (B) cursos de capacitação docente.
  - (C) oficinas de aprendizado do ofício.
  - (D) coaching de carreira.
  - (E) extensão acadêmica.
- 60.** O art. 9º da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, estabelece que a escola de qualidade social adota como centralidade o estudante e a aprendizagem, o que pressupõe atendimento a alguns requisitos, entre eles, a preparação dos profissionais da educação, gestores, professores, especialistas, técnicos, monitores e outros (Inciso V). Em conformidade com essa Resolução, Imbernón (2010) destaca a relevância da formação docente sobre situações problemáticas no contexto em que se produzem, permitindo compartilhar evidências e informação e buscar soluções. Para isso, o referido autor ressalta a importância de, na referida formação, desenvolver, como princípio e como metodologia, uma cultura
- (A) erudita.
  - (B) popular.
  - (C) humanista.
  - (D) colaborativa.
  - (E) organizacional.

